

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



RELIGIÕES E CULTURAS

VOLUME 36. 2.^a SÉRIE - 2018

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SER JUDEU NO MUNDO DE HOJE TO BE A JEW IN TODAY'S WORLD

ESTHER MUCZNIK

esther.mucznik@netcabo.pt

Fundadora do Museu Judaico de Lisboa (em preparação)
e coordenadora da sua Comissão Instaladora

Texto recebido em / Text submitted on: 26/09/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 27/01/2018

Resumo:

O que é ser judeu no mundo de hoje? É em primeiro lugar fazer parte da espécie humana, una e indivisível. Mas é também partilhar uma herança própria comum: em primeiro lugar, a tradição religiosa judaica, que se exprime e cumpre de forma muito diversa mas na qual todos os judeus se reconhecem. E, simultaneamente, herdar uma história milenar que cinzela a sua essência identitária, transmitida de geração em geração.

Mas a história marca indelevelmente os povos e o povo judeu não é exceção. Este texto procura mostrar como o espaço geográfico, político, civilizacional e cultural onde nos situamos influi decisivamente no carácter judaico, acabando por fazer parte da sua «estátua interior».

Palavras-chave:

Sefarad, Asquenaze, Antissemitismo, Israel, Emancipação.

Abstract:

What is it to be a Jew in today's world? It is first of all to be part of the human species, one and indivisible. But it is also to share a common inheritance of their own: first, the Jewish religious tradition, that is expressed and fulfilled in a very different way but in which all Jews recognize themselves. And simultaneously to inherit a millennial history that carves its identity essence, handed down from generation to generation.

But history indelibly marks peoples and the Jewish people are no exception. This text tries to show how the geographic, political, civilizational and cultural space where we are located influences decisively in the Jewish character and ends up being part of its «interior statue».

Keywords:

Sefarad, Asquenaze, Anti-Semitism, Israel, Emancipation.

Ser Judeu no mundo de hoje...

Ser judeu no mundo de hoje, na minha perspectiva, é em primeiro lugar partilhar o planeta com outros homens e mulheres independentemente de serem judeus, cristãos, muçulmanos, brancos, negros ou outra coisa qualquer. A religião, cor ou cultura são determinantes na nossa postura perante a vida, mas não apagam, ou não deveriam apagar, algo de essencial que nos é comum: a unidade da espécie humana. Apesar das inúmeras tentativas ao longo da história para quebrar a unicidade da espécie, esta é una e indivisível...

Não é uma questão meramente retórica. A forma como nos situamos no mundo que partilhamos é decisiva no nosso comportamento. Se acima de tudo colocarmos as nossas identidades religiosas ou outras estaremos a abrir a porta, mesmo que inconscientemente, a todos os fanatismos, racismos e outros ismos, esses sim, responsáveis pelo traço comum a todo o *pogrom*, a todos os massacres que marcam a História: o arrogar-se por parte de um grupo humano do direito de decretar que outro não tem lugar no mesmo planeta...

Dito isto, ser judeu ou judia no mundo de hoje é partilhar uma herança própria que nos é comum: em primeiro lugar, a tradição religiosa

judaica que se exprime e cumpre de forma muito diversa, mas na qual todos nos reconhecemos. Entre o judeu ultraortodoxo e o judeu ateu há um oceano de diferença, mas ambos comungam do mesmo código legal e genético: serem de filiação materna ou convertidos e, mais importante do que isso, serem portadores de uma história milenar que cinzela a sua essência identitária. Uma história milenar revivida em permanência pela transmissão da memória de geração em geração através de um apertado calendário comemorativo. Uma linha do tempo que lembra incessantemente a cada um quem é e de onde vem...

O mundo judaico, hoje, caracteriza-se por diversas escolas e movimentos: o movimento reformista que nasce na Alemanha no final do século XIX, expressão do desejo ardente de integração dos judeus no seguimento do fim do gueto e da sua emancipação jurídica e política. O reformismo tem subjacente a ideia de que a história afeta a tradição e, em consequência, procura adaptar as práticas judaicas à época contemporânea, nomeadamente no que diz respeito à interpretação dos textos sagrados e à posição da mulher face ao culto. Com as perseguições antissemitas e nazis e a fuga para os EUA de parte significativa dos judeus alemães, o movimento é hoje dominante nos EUA, quer na sua versão mais radical, quer mais conservadora na defesa das principais tradições e mandamentos do judaísmo.

Em contrapartida, o judaísmo dito «ortodoxo» define-se pela estrita obediência da lei judaica, escrita e oral, e pela sua oposição às diferentes correntes de secularização que atravessam o mundo judaico. Prevalece no continente europeu, embora em versões diversas em função dos indivíduos e das comunidades: mais tradicionalista nos judeus oriundos da África do Norte, mais liberal e secular nos judeus asquenazes. Em síntese, podemos dizer que a diferença entre reformistas, conservadores e ortodoxos é a sua relação com a modernidade. Mas a essência é a mesma e a controvérsia constitui uma parte intrínseca do judaísmo...

Para além da tradição religiosa, centrada na Torá – o Pentateuco – e num código de conduta – a *Halahá* –, os judeus atravessaram a sua longa e atribulada história mantendo sempre viva a esperança messiânica de retorno a Sião, fervorosamente renovada ao longo dos séculos no final das orações da Páscoa judaica, o *Pessah*: «Para o Ano que vem em Jerusalém». A memória de um milénio de soberania judaica na Terra prometida por Deus a Abraão (uma promessa renovada a Isaac e a Jacob), a memória dos

reinados de David e Salomão e, acima de tudo, a memória dos Profetas de Israel e do Templo de Jerusalém nunca abandonaram o seu povo.

No exílio e despojados do seu Templo, este uniu-se em torno da sua pátria espiritual, a Torá, e na sua casa de substituição, a Sinagoga – *Beit haKnesset*, casa da assembleia ou da comunidade, mantendo para lá da dispersão e até hoje a língua da sua liturgia: o hebraico. Não sendo até ao século XX essencialmente uma língua de comunicação, a língua hebraica nunca deixou de ser ao longo dos séculos um elemento fundamental de identificação. Em qualquer sinagoga ou comunidade de refúgio e acolhimento, ou simplesmente de visita, o judeu identifica imediatamente o ritual, a língua das orações e das festividades do ciclo de vida judaico ou do ciclo do tempo. Em suma, está em casa.

Como acima foi dito, o judaísmo não se define apenas pela religião: a história marca indelevelmente os povos e o povo judeu não é exceção. O seu carácter foi sendo moldado ao longo dos séculos por uma diáspora globalmente vivida como um exílio, pelas sucessivas expulsões e perseguições religiosas e raciais, e inevitavelmente pelas suas consequências: um sentimento de insegurança e angústia existencial, de solidão metafísica, muitas vezes conjugada com uma vida dupla e uma identidade estilhaçada, com a necessidade de esconder o que mais se preza e de aparentar o que no íntimo se despreza... Mas também com o reverso da medalha: a consciência de poder contar apenas com as próprias forças, o espírito de iniciativa daí decorrente, o cosmopolitismo obrigatório e, nomeadamente, a necessidade de se esforçar muito mais e melhor, em particular na educação e na cultura, demasiadas vezes funcionando como cidadania de substituição... Em suma, a rejeição da postura da vitimização provavelmente pela experiência concreta da sua total inutilidade.

É, pois, de um povo que se trata: um povo que ao longo dos séculos desenvolveu uma resistência obstinada, por vezes quase desesperada à assimilação, salvaguardando o que os sociólogos chamam a sua «personalidade de base», ou seja, o âmago da sua identidade religiosa e cultural, persistentemente transmitida de geração em geração. Um povo à imagem de «minúsculas gotinhas de azeite, múltiplas e finas, sobre as águas profundas de outras civilizações, nunca confundidas»⁽¹⁾.

(1) Fernand Braudel, 1966 (2ª ed. 1993), *La Méditerranée et le Monde méditerranéen*, Paris, Armand Colin, parte II, capítulo 6 : «Les civilisations» (in «Une civilisation contre toutes les autres: le destin des juifs»).

«Herdeiros involuntários das civilizações que os rodeiam»⁽²⁾

Para além do que atrás foi referido, ser judeu hoje assume formas muito diversas consoante o espaço geográfico, político, civilizacional e cultural onde nos situamos: ser judeu no ocidente ou no oriente europeu contemporâneo, nos EUA e no Novo Mundo em África ou no Médio Oriente, e muito especialmente em Israel, é muito diferente, por muito que a «personalidade de base» seja comum. É absorver a cultura local, integrando-a de alguma forma na sua própria identidade.

Na Europa cristã, os judeus viveram humilhações, perseguições religiosas, expulsões sucessivas e conversões forçadas. Mas no seio dessa Europa também encontraram espaço para a convivência e para absorver a longa e riquíssima cultura europeia. Mais do que isso, também contribuíram grandemente para essa mesma cultura, principalmente nos períodos de mais tolerância e liberdade. Entre Maimónides, no Al-Andaluz do século XI, até aos nossos dias, passando por Baruch (Bento) Espinosa e, bem mais tarde, por Marie Curie, Marx, Einstein, Freud ou Hannah Arendt, inúmeros foram os homens e mulheres que contribuíram e que continuam a contribuir no espaço europeu para a cultura universal.

Mas o continente europeu não é, e nunca foi, um espaço política e culturalmente homogéneo. Do ponto de vista da história judaica, até aos dias de hoje, podemos dividi-lo *grosso modo* em três grandes áreas: a Península Ibérica; os países do centro, em particular a França e a Alemanha; e os países do leste europeu. Estas divisões são pouco precisas, deixando de fora os países do Norte da Europa, incluindo a Escandinávia, ou, ao contrário, incluindo realidades bem diferentes na mesma designação de «países do leste europeu»; porém, o propósito deste artigo não é o de analisar a realidade judaica país por país, mas sim quais os espaços europeus que mais marcaram a vivência judaica.

(2) Id., ib., parte II, capítulo 6.

A especificidade ibérica: contra o inimigo do interior

Os judeus na Península Ibérica – *Sefarad*, em hebraico – têm uma longa história que terá começado com a conquista romana, talvez mesmo antes. Uma história de luz e sombra reveladora da importância da presença judaica e da diversidade de culturas que irão moldar o carácter específico da identidade sefardita. Não vou falar aqui no período romano, visigótico e muçulmano, este último perdurando na memória coletiva como uma «idade de ouro» de convivência fecunda entre as três religiões abraâmicas, mas apenas no pós-reconquista cristã, que é o período mais marcante da história judaica na Península.

Paradoxalmente, numa Europa possuída pelo fanatismo das Cruzadas, onde os seus correligionários eram alvo de massacres e perseguições, de exclusão e expulsão de vários países, na Península, os judeus viviam o que ficou conhecido como o «Tempo dos Judeus»⁽³⁾. A seguir à Reconquista e durante cerca de três séculos, os judeus prosperaram em países onde reinava um clima de tolerância e de convivência. Quer em Espanha, quer em Portugal, os judeus tinham acesso praticamente a todas as profissões e, particularmente em Espanha, eram a verdadeira elite, constituindo cerca de 20% da população urbana. As comunidades judaicas tinham uma grande autonomia interna e numerosos judeus acediam às mais altas funções, formando uma verdadeira aristocracia judaica. Mantinham paralelamente as suas brilhantes tradições intelectuais, continuando a produzir cabalistas, teólogos, legistas e exegetas.

Em Espanha, a situação começou a mudar no séc. XIII, mas é sobretudo a partir da segunda metade do séc. XIV que a sua condição se degrada, com a proibição do uso de nomes cristãos e a obrigação de usar um sinal distintivo no vestuário. Em 1391, a prédica de um padre fanatizado mergulhou os judeus de Espanha num banho de terror e de sangue, impondo-lhes a escolha entre o batismo ou a morte: cerca de 50 000 foram massacrados, e muitos milhares optaram pela conversão, introduzindo na sociedade uma nova figura: os cristãos-novos.

Desdenhosamente apelidados de «marranos» – porcos, em espanhol – os «conversos» suscitam uma verdadeira psicose de suspeição e uma obsessão pela pureza da fé que levaram ao nascimento da doutrina

(3) Elias Lipiner, *O Tempo dos Judeus, segundo as Ordenações do Reino*, São Paulo, Livraria Nobel S.A. Editora – Distribuidora, 1982.

espanhola da «limpeza do sangue» como condição de ascensão social. Aprovadas em Toledo, em 1449, as leis denominadas «Estatutos de limpeza de sangue» foram instituídas para barrar o acesso dos conversos aos cargos, privilégios e honras públicas, dado que as leis antijudaicas já não se lhes aplicavam. O sangue, e não a religião, torna-se assim o fator decisivo. Em Espanha, a prova de limpeza de sangue passa a ser uma condição indispensável para o acesso a honras e a funções de importância, e a origem cristã-nova uma marca social infamante.

De Espanha, esta prática passará mais tarde para Portugal, onde só acabará com o Marquês de Pombal, em finais do século XVIII, mais precisamente a 25 de maio de 1773, quando é abolida definitivamente qualquer distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, em Portugal.

Na verdade, as leis de limpeza de sangue antecipam o antissemitismo racial do século XIX: considerar que uma ascendência judaica, mesmo muito longínqua, deixa uma marca indelével e perpétua, reflete um modo de pensar racista. Expressões como «maculados» e «impuros», utilizadas para qualificar os cristãos-novos, contêm os germes da ideia essencial do antissemitismo moderno: o carácter inato da essência degenerada do povo judeu.

Com a subida, ao trono de Castela, de Isabel «A Católica», a perseguição racial e religiosa é institucionalizada: em 1478 é criado o Tribunal da Inquisição e, uns anos mais tarde, depois da queda de Granada, último bastião muçulmano, os Reis Católicos assinam, a 31 de março de 1492, o decreto de expulsão dos judeus. Estima-se que perto de um quarto (50 000) tenha optado pela conversão, enquanto cerca de 150 000 escolheram o exílio, num êxodo dramático com destino, principalmente, ao Império Otomano.

Um grande número optou por Portugal⁽⁴⁾, onde em breve viveriam uma segunda tragédia. É no reinado de D. Manuel I que o destino judaico da Península é selado: depois de um período de tolerância, o rei assina, a 5 de dezembro de 1496, o Édito de Expulsão dos judeus de Portugal, uma condição imposta pelos Reis Católicos de Espanha para viabilizar o casamento do rei português com a sua filha Isabel. Pouco disposto a deixar sair os judeus do país, D. Manuel vai proceder ao que ficou conhecido como «o batismo em pé», uma expressão que designava as conversões forçadas.

(4) Cerca de 60 000, segundo historiadores portugueses.

Por sua vez, Portugal ia ter os seus «marranos». Em finais do século XV, a Península Ibérica encontrava-se assim «purificada» de judeus, mas não do judaísmo. O Édito de Expulsão foi o golpe de misericórdia no judaísmo ibérico, que durante mais de mil anos florescera na Península. O objetivo era agora a unidade religiosa e política – «um rei, um reino, uma religião». Aparentemente, tinha sido conseguido...

Pioneiros da globalização

A tragédia que se abateu sobre os judeus ibéricos nos séculos XV e XVI, com as expulsões e as conversões forçadas, teve algumas consequências provavelmente inesperadas e, certamente, involuntárias para os seus perpetradores:

Em primeiro lugar, contribuiu para lhes dar um papel de primeiro plano no comércio internacional. A sua dispersão familiar e comunitária facilitaria grandemente os negócios internacionais: uma mesma família podia ter alguns dos seus membros a viver como judeus em Salónica ou Istambul, ou como cristãos-novos na Península, no Novo Mundo e na Índia, e essa foi uma das razões do seu imenso sucesso comercial na época – e da sua relativa segurança, mesmo na Europa cristã. A transformação da dispersão dos sefarditas numa rede dinâmica de laços comerciais que atravessavam mares e continentes, para além de lhes permitir desempenhar um papel motor na economia mercantilista, fez deles os primeiros promotores de uma certa forma de globalização.

Em segundo lugar, os cristãos-novos judaizantes, ou marranos, devido precisamente à sua convivência cultural e religiosa com os dois mundos, acabaram por ter um papel dinâmico e polémico no seio do judaísmo, o que acabou por contribuir para o seu enriquecimento e vitalidade. A quantidade de figuras excepcionais que surgiram na época, na medicina, nas finanças, na filosofia ou na exegese teológica, é disso um claro testemunho. «Na época», escreve Carsten Wilke, «os judeus portugueses encarnavam ao mais alto nível os valores culturais, estéticos e morais das elites europeias, mantendo-se ao mesmo tempo fiéis ao judaísmo»⁽⁵⁾. Exagero do autor ou não, a verdade é que os próprios sefarditas se viam a si próprios dessa maneira. A ligação à pátria perdi-

(5) Carsten L. Wilke, *Histoire des Juifs Portugais*, Paris, Editions Chandeigne, 2007, p. 206.

da, mais do que um cordão umbilical, era vivida como uma diferença e uma superioridade em relação aos outros judeus – devido ao nível da sua integração e papel preponderante nas sociedades ibéricas antes da expulsão, em contraste com a situação dos judeus na Europa central e oriental, mais pobres e marginalizados.

Os marranos foram também pioneiros da instalação de futuras comunidades judaicas em terras de onde os judeus tinham sido expulsos, na Idade Média. Como cristãos de batismo e mercadores de sucesso, tinham entrada em terras interditas aos judeus. É o caso, entre outros, da Inglaterra, de cidades da Alemanha e da França. Este é o terceiro efeito paradoxal das expulsões e conversões forçadas, certamente o menos desejado e previsto pelos inquisidores.

O período da convivência religiosa na Península Ibérica cristã foi na realidade um período curto do ponto de vista histórico, mas permaneceu na memória dos proscritos como uma época excepcional, o seu paraíso perdido.

O que resta hoje desse «paraíso» para além da memória? Grande parte do êxodo dos judeus de Espanha e, embora mais tarde e em menor escala, também de Portugal, confluíu para o Levante no final do século XV e ao longo dos séculos XVI e XVII. Nos territórios otomanos dos Balcãs, na Costa Adriática, na Bósnia, na Sérvia, na Macedónia, na Bulgária, na Grécia e na Ásia Menor, emergiu uma nova área cultural sefardita que se manteve como unidade judaico-ibérica distinta até ao séc. XX. A estabilidade e a longa duração do domínio otomano, o seu carácter multiétnico e multicultural, permitiram aos grupos judaicos sefarditas a salvaguarda da sua rica identidade étnica e religiosa, acabando por «judeo-hispanizar» o mundo judaico dos Balcãs e do litoral do Mar Egeu. Cidades como Istambul, Esmirna, Salónica e Sarajevo tornam-se verdadeiros centros de memória vivos da Península Ibérica em terras balcânicas.

No entanto, a decadência e a fragmentação progressiva do Império Otomano, a partir de finais do séc. XVIII, e o aparecimento de novos Estados-Nação nos Balcãs, assim como a supremacia gradual do Ocidente sobre a vida económica, cultural e política do Império Otomano, levaram paulatinamente à desagregação dessa grande área cultural sefardita, que no entanto se vai manter viva até à sua brutal destruição pelos nazis. Em Salónica, por exemplo, centro vital sefardita nos Balcãs, 95% da população judaica foi assassinada, a grande maioria nos campos nazis de extermínio.

A história não faz marcha atrás: desligado do seu contexto histórico, geográfico e cultural que lhe deu origem, o carácter específico sefardita desapareceu com a Inquisição. O seu suporte humano fundamental pertence no essencial às brumas do passado e o atual revivalismo cultural na música, no teatro, na gastronomia ou na língua, embora louvável, não faz renascer as comunidades ibéricas que lhe deram vida.

Hoje, a grande maioria dos judeus espanhóis e portugueses tem origens diversificadas: magrebina na sua grande maioria, à qual se vieram juntar, a partir do século XX, judeus argentinos e brasileiros e, sobretudo em Portugal, judeus refugiados do antissemitismo europeu e do nazismo. Contrariamente ao mito persistente, poucos terão origem ibérica. No entanto, o glorioso passado sefardita permanece na memória judaica como uma época dourada e como uma referência prestigiante para os que dele se reclamam. As recentes Leis de naturalização dos Judeus Ibéricos expulsos pela Inquisição, aprovadas em Portugal e em Espanha, não farão renascer essas comunidades, mas permitem um face-a-face com a história rica e dramática desse período.

Durante os séculos da diáspora judaico-ibérica, o destino de espanhóis e portugueses foi em grande parte comum, como se pode ver nas designações de numerosas sinagogas e congregações. Mas, a partir de finais do século XIX e até hoje, ser judeu na Península Ibérica é ser espanhol ou português e cidadão europeu, numa Europa onde os sinais ameaçadores ensombram de novo o horizonte... Acima de tudo, é ser cidadão de pleno direito em países democráticos onde a liberdade religiosa é um facto. Onde a integração é fácil e a diluição uma tentação. Mas é também conviver com inúmeros estereótipos judaicos de origem cristã medieval, muito mais difíceis de apagar e mais lentos a desaparecer.

O fim do gueto e o nascimento do moderno antissemitismo

A Península Ibérica não foi pioneira na expulsão dos «seus» judeus, nem a última a proceder desse modo no continente europeu. Antes, já a Inglaterra, a França, a Áustria, a Sicília e a Lituânia, ou cidades como Mainz ou Brandeburgo (na Alemanha) o tinham feito, num movimento que foi pouco depois continuado na Bavaria, em Varsóvia, em Nápoles, em Génova ou em Praga, entre tantos outros exemplos possíveis.

Inserido num ambiente cristão, em geral hostil, o mundo asquenaze da Europa central desenvolveu um sistema original de autonomia comunitária. O *Kahal* (Comunidade) medieval era o quadro de vida religiosa, jurídica, económica, social e cultural do judeu. Os judeus asquenazes criaram uma cultura própria muito rica, que se inicia logo na época medieval por comentários inovadores ao Talmude, pelas *takkanot* (respostas) que adaptavam as normas tradicionais às novas condições, por um estilo próprio de música e de poesia litúrgicas.

A cultura complexa que assim se foi estruturando, com os seus costumes próprios, as suas tradições, as suas normas jurídicas, os seus valores éticos e religiosos, as suas instituições sociais e o seu modo de vida, foi a força vital que permitiu aos asquenazes sobreviverem e construir sempre novas comunidades, da Alemanha à Polónia e à Rússia, e daí para a Europa ocidental, estendendo-se até à Palestina e outras partes do mundo. A língua ídiche (também chamada judeo-alemã por misturar o hebraico, o aramaico e o alemão), constituiu durante mil anos um património linguístico, literário e cultural ímpar, servindo de «língua franca» para todos os judeus da área asquenaze.

O mundo asquenaze está na origem de movimentos como o *Hassidismo*, a *Haskalah* (as Luzes) e o sionismo político, e também, em grande medida, de três grandes correntes religiosas modernas: o judaísmo reformista, a neo-ortodoxia e o judaísmo conservador. Mas é com a Revolução Francesa e as suas consequências que se inicia uma nova história que vai alterar radicalmente todas as condições da existência judaica. Mais do que os seus vizinhos, os judeus vão sofrer uma profunda aceleração da história: em apenas num século (o século XIX), o mundo judaico irá atravessar todas as correntes que foram lentamente moldando a Europa moderna: o Humanismo, o Renascimento, a Reforma, o Nacionalismo, o Socialismo... Na prática, os judeus saem do gueto no século XIX.

A primeira expressão das Luzes do ponto de vista judaico surge em Berlim, onde havia algum cosmopolitismo intelectual. Na Alemanha, à diferença da França, a emancipação intelectual dos judeus precede a emancipação política. A *Haskalah*, movimento judaico de abertura à cultura moderna e às Luzes, penetra nas elites judaicas por volta de 1770, por influência da *Aufklärung* alemã e pela mão de Moses Mendelssohn (1729-1786), filósofo judeu, figura de proa de ambas, que se instalara em Berlim em 1743.

Apesar dos seus esforços e do seu círculo de Iluministas, só um século mais tarde, em 1871, os judeus alemães obtêm a igualdade política. Até aí, é a cultura que funciona como cidadania de substituição, em primeiro lugar pela entrada em massa nos liceus e universidades. Com efeito, logo em meados do século XIX, os judeus alemães (que representam apenas 1,3% da população) constituem 6% da população estudantil dos liceus. São também os leitores apaixonados, os editores, os intérpretes, os biógrafos e até os mecenas de Bach, de Kant ou de Goethe, figuras por onde passava o acesso à cultura. «A cultura liberta», era a divisa do livreiro judeu Cotta, que no século XIX editava os clássicos alemães, procurando satisfazer a insaciável sede judaica de cultura alemã⁽⁶⁾.

Enquanto durou o combate pela emancipação, ou seja até 1870-1880, a reação antijudaica não era essencialmente violenta, mantinha-se latente, invertebrada, mais ligada às ideias do Antigo Regime. É depois de 1880 que tem lugar uma mudança qualitativa relacionada com a evolução da política europeia. Na Europa central e ocidental, o antissemitismo passa a ser teorizado e dá origem a correntes, a partidos organizados e a uma literatura especializada, entrando oficialmente na vida política e nos debates parlamentares. Na Alemanha, figurava no programa do partido social-cristão animado pelo Pastor Stöcker, na Áustria e Hungria foram criados partidos antissemitas e organizados congressos antijudaicos nacionais e internacionais. Em França, Édouard Drumont, jornalista, escritor e político, publicava, em 1886, *La France Juive – Le Juif, voilà l'ennemi* (um best-seller do final do século, com 114 edições num só ano) e, a partir de 1892, o jornal antissemita *La Libre Parole*, que alimentou o ódio aos judeus de toda uma geração.

Este antissemitismo racista e nacionalista moldou o destino do judaísmo contemporâneo. Forjado no século XIX, não parou de crescer. Na Alemanha, na Áustria-Hungria e na Polónia existia de forma endémica. Em França, manifestou-se particularmente no caso Dreyfus. Desencadeado em 1880, não foi extinto com a Grande Guerra. Nos países já citados, cresceu entre as duas guerras: nas antigas províncias prussianas, austríacas e russas que constituíram a nova Polónia; na Ucrânia, onde tiveram lugar terríveis massacres, em 1919; na Hungria, que depois da

(6) Marc de Launay, «Symbiose» judéo-allemande, *Les Juifs et le XX^e siècle*, Calmann-Levy, 2000, p. 427.

Grande Guerra estabeleceu leis de exceção; na Áustria e na Alemanha. É na continuidade desta violência – e, simultaneamente, como seu paroxismo – que se assistirá mais tarde ao genocídio de seis milhões de judeus pelo regime nazi.

Mas, paradoxalmente ou talvez não, no período que vai do final do século XIX até à ascensão do nazismo, o judaísmo alemão (e da Europa Central) conheceu uma plenitude cultural excepcional. Não é por acaso que, entre 1905 e 1936, treze prémios Nobel são atribuídos a judeus. Esta cultura judaico-alemã produziu homens como Albert Einstein e Sigmund Freud, Franz Kafka e Karl Krauss, Arnold Schoenberg e Gustav Mahler, Edmund Husserl e Theodor Adorno, Gyorgy Lukacs e Ernst Bloch, Hannah Arendt e Walter Benjamim, Paul Celan e Nelly Sachs, entre muitos, muitos outros....

Em síntese, o século XIX é o século da grande esperança judaica de «normalizar» a sua existência, através da emancipação, ou seja do reconhecimento da plena igualdade de direitos cívicos e políticos, decorrente dos ideais da Revolução Francesa e das Luzes. Com essa expectativa, os judeus lançaram-se à conquista de um lugar ao sol penetrando com entusiasmo ardente em todos os setores, nomeadamente nas escolas e universidades, mas também nas profissões liberais, no mundo empresarial e até na carreira militar. Foi também com essa fé que combateram e morreram, em campos opostos, ao serviço de pátrias que acreditaram serem suas.

Tempo de esperança mas, na verdade, tempo de ilusão, porque é também neste século XIX que surge com força redobrada uma nova forma de antijudaísmo – o antisemitismo – segundo o qual o judeu é o estrangeiro por excelência, o «outro», que não cabe na identidade nacional, simultaneamente bode expiatório e traidor em potência, cujo símbolo máximo é a trágica figura de Alfred Dreyfus. É nesta segunda metade do século XIX que se desenvolve a ideologia nacionalista e racista que levará de novo o judeu «cosmopolita» à exclusão e, mais tarde, à tentativa de extermínio por parte da Alemanha nazi.

A «leste» da emancipação: Os judeus como minoria nacional

Contrariamente aos seus irmãos do Ocidente, a situação dos judeus da Europa de Leste era a de uma minoria nacional com a sua cultura vivida em

separado e habitando em aldeias e vilas quase exclusivamente povoadas por judeus. O obstáculo principal à sua emancipação era a ausência de liberdades políticas e, quando existia uma política de integração, era na realidade uma aculturação forçada, em particular na Rússia.

Grande parte dos chamados judeus do Leste eram polacos, os quais, devido às sucessivas partições da Polónia, viviam sob a tutela do império austro-húngaro ou do Czar. A imigração de judeus da Boémia, Morávia, Itália e, sobretudo, da Alemanha foi um dado importante na cristalização da identidade judaica asquenaze na Europa oriental, nomeadamente na língua ídiche; tal como o Ladino, escreve-se em caracteres hebraicos.

No Império Russo, ao longo do século XIX, à exceção do reinado de Alexandre II, a vida judaica era feita de regulamentos desumanos, de humilhações constantes, de angústia permanente e de terror. Com a conquista da Bessarábia aos Turcos, em 1812, ratificada pelo Congresso de Viena, e com a atribuição do grão-ducado de Varsóvia, a população judaica, estimada entre um e dois milhões⁽⁷⁾, é sujeita em permanência à hostilidade e à violência dos seus vizinhos. Neste quadro, a ideia de emancipação é uma utopia. Acantonados na sua zona de residência, era proibido aos judeus adotar nomes russos; a indicação da confissão «judeu» era marcada a vermelho nos passaportes; um *numerus clausus* condicionava a admissão no ensino secundário e universitário, assim como o acesso a certas profissões.

Entre 1903 e 1906, foram levados a cabo 650 *pogrom* que custaram a vida a 3000 judeus russos. O resultado foi uma vaga de emigração sem precedentes: 2 500 000 judeus da Europa oriental, dos quais mais de 80% do Império Russo, fogem para os EUA, Grã-Bretanha, Argentina e Palestina. Mas, para além deste verdadeiro êxodo, os massacres provocam na população judaica, e especialmente na sua camada intelectual, um choque psicológico profundo: não é por acaso que foram os judeus russos os mais entusiásticos adeptos, quer da Revolução Soviética – que supostamente traria a liberdade –, quer do projeto nacional sionista, capaz de emancipar coletivamente o povo judeu. O antisemitismo estalinista que vigorará mais tarde na União Soviética tem por base esse substrato antigo e virulento da Rússia czarista.

(7) Renée Neher-Bernheim, *Histoire Juive de la Révolution à l'Etat d'Israël*, Editions du Seuil, 2002, p. 231.

A Revolução de Outubro de 1917 começara por ser uma verdadeira libertação para os judeus do Império czarista. Com cinquenta anos de atraso relativamente aos países da Europa central e ocidental, a Rússia reconhecia aos judeus a cidadania plena e a plenitude dos seus direitos cívicos e políticos, incluindo o fim da «Zona de Residência». Em julho de 1918, é o próprio Lenine que assina um Decreto do Soviet dos comissários do povo, condenando o movimento antissemita e os *pogrom* contra os judeus, «funestos à causa da revolução dos operários e dos camponeses», lançando um apelo ao povo dos trabalhadores da Rússia socialista para lutarem por todos os meios contra este mal⁽⁸⁾...

Estas medidas desencadeiam uma imensa vaga de esperança entre os judeus russos do interior e do exterior. A Revolução bolchevique de outubro outorga à minoria judaica, por meio de um decreto de Lenine emitido em novembro de 1918, o mesmo estatuto de igualdade de direitos das outras minorias nacionais, cujo mosaico irá compor a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS.

A adesão aos ideais socialistas era um facto, sobretudo no seio dos trabalhadores judeus, assim como de uma fração significativa das elites sionistas, e este sentimento aumentou com a conquista revolucionária dos direitos políticos e culturais, na qual participaram muitos judeus. Mas, ao mesmo tempo, a liberdade que incluía a tolerância do culto levou também ao desabrochar da cultura ídiche, que ganhou uma imensa pujança, refletindo-se na explosão do número de jornais, de escolas e de teatros, em grande maioria de língua ídiche.

No entanto, a partir de meados dos anos 20, altura em que começa a era de Estaline propriamente dita, iniciam-se as grandes purgas que farão desaparecer a grande maioria dos dirigentes judeus comunistas, nomeadamente Kamenev, Zinoviev e Trotsky. A emigração, permitida até 1925, será completamente proibida um ano depois e a cultura judaica progressivamente desmantelada: tratava-se de extirpar «a mentalidade burguesa»... Os judeus da URSS entram numa longa noite, que só terminará quatro décadas mais tarde.

Como acima foi referido, na época e nalguns casos até hoje, os judeus da Europa Oriental eram identificados como uma minoria nacional e oficialmente reconhecidos como tal pelos Estados onde se inseriam,

(8) Texto publicado no *Izvestia*, em 27 de julho de 1918 ; cf. Renée Neher-Berheim, *op. cit.*, p. 724.

apesar de normalmente lá viverem há séculos. Este modelo identitário, completamente diferente dos judeus da Europa central e ocidental – considerados franceses ou alemães de confissão judaica – abrangia na realidade a grande maioria do povo judeu, se incluirmos os judeus soviéticos. Votavam como judeus, organizavam-se em partidos judaicos e elegiam deputados à Assembleia Constituinte que, na sua maioria, representavam partidos sionistas. Com efeito, na década de 1920, desenvolve-se aquilo que ficou conhecido como a «política judaica nos países de exílio»⁽⁹⁾: os Países Bálticos, a Roménia e a Checoslováquia tinham deputados judeus, sobretudo sionistas, eleitos em listas nacionais judaicas.

Aparentemente bem-sucedido, este tipo de organização, que se define como «nacional», ajudará mais tarde à catástrofe. No contexto da devastação causada pela Primeira Grande Guerra, do desmembramento do grande Império Austro-Húngaro, do ressentimento dos vencidos e, simultaneamente, de exaltação do nacionalismo, as minorias «nacionais», e muito especialmente a judaica, serão consideradas como corpos estranhos, como bodes expiatórios a escorraçar ou a aniquilar. Serão «os outros»...

Como acima foi dito, ser judeu hoje na Europa é, em primeiro lugar, partilhar os valores da União Europeia, de liberdade, democracia e de convivência no respeito da diferença. Mas, na atualidade, a presença judaica na Europa é residual, não ultrapassando os dois milhões. Tal como a cultura original sefardita foi na sua essência destruída pela Inquisição, também a brilhante cultura ídiche pertence hoje a um passado enterrado pelo nazismo.

O Holocausto, como símbolo de um projeto sem precedentes de extermínio de uma parte da humanidade, foi um cataclismo cujo impacto traumático se mantém até hoje. Para os judeus, foi uma catástrofe cujas sequelas em todos os campos perduram no tempo. Do ponto de vista físico, viu a sua população diminuída de um terço a nível mundial e de dois terços na Europa, alterando radicalmente a sua demografia e, talvez definitivamente, a sua repartição geográfica e cultural. A secular e pujante cultura ídiche, com o seu humor ingénuo, a sua língua, o seu

(9) Simon Epstein, *Histoire du Peuple Juif au XX^{ème} siècle, de 1914 à nos jours*, Hachette Littératures, 1998, p. 37.

teatro e literatura, ficou enterrada no solo polaco, ou nas areias dos rios Sola e Vístula.

Do ponto de vista psicológico, as consequências também são profundas. Tal como muitos povos europeus, o mundo judaico fez sua causa dos Aliados durante a guerra e contribuiu para a sua vitória final, nomeadamente os judeus dos EUA, da Grã-Bretanha ou da Palestina. Mas os países aliados em guerra com a Alemanha nunca vieram em seu socorro. O mundo judaico europeu não tinha aliados. Na sua hora mais difícil, o judaísmo estava só e a constatação desse abandono representou um choque traumático para os judeus do mundo inteiro, com profundas consequências futuras.

No espaço europeu, o judaísmo continua vivo, mas de uma forma totalmente diferente: tal como na Península Ibérica, em França os judeus da África do Norte tornaram-se a maioria, trazendo com eles uma cultura e uma prática judaica próprias. Por seu turno, a Alemanha, esvaziada dos seus judeus ancestrais, tornou-se terra de acolhimento dos judeus da ex-União Soviética, que constituem hoje a esmagadora maioria. Na Polónia, onde existia a maior comunidade mundial, a presença judaica praticamente desapareceu. O judaísmo mantém-se na Grã-Bretanha, na Hungria ou na Rússia e numerosos judeus continuam a destacar-se nas letras, nas artes e nas ciências, mas nas duas últimas décadas a sangria judaica da Europa não para de aumentar, ironicamente na exata proporção do surgimento de museus, de memoriais, de placas e de comemorações do judaísmo desaparecido.

O abandono progressivo da Europa pelos judeus tem razões objetivas: o ressurgimento ou, mais precisamente, o reavivar do antisemitismo de carácter nacionalista, nomeadamente na Polónia e na Hungria e, de outra forma, também nos Balcãs; o surgimento à luz do dia, sem complexos, de grupos neonazis nostálgicos do seu mentor e de uma Alemanha *über alles*; e, em terceiro lugar, a importação do conflito israelo-palestiniano para a Europa por parte do radicalismo islâmico, muitas vezes infelizmente apoiado nessa onda pela extrema-esquerda europeia. Seja por esse motivo, por fanatismo religioso e ódio aos valores ocidentais, seja simplesmente pela dificuldade de integração, o certo é que um dos principais alvos da violência que na atualidade não poupa quase nenhum país do Norte, do Centro e do Ocidente europeus recai regulamente sobre os judeus.

Como frisei várias vezes, ser judeu hoje na Europa, do ponto de vista individual, é ter a mesma liberdade, as mesmas condições e direitos de qualquer cidadão. Mas, coletivamente, é viver numa comunidade em perda e insegura sobre o amanhã.

No «Eldorado» americano

Hoje, o centro de gravidade da presença judaica mudou radicalmente em consequência de tudo o que foi dito anteriormente: da Europa deslocou-se para o continente americano e para Israel, regiões onde vive hoje a maior comunidade judaica mundial.

A história dos judeus nos EUA faz parte da nação americana. Antes mesmo da aprovação da própria Constituição, nos anos em torno de 1776, já viviam na América do Norte cerca de 2000 judeus. Eram, na sua maioria, sefarditas originários de Portugal e de Espanha, que tinham fugido do Brasil depois da conquista portuguesa e fundado Nova Amesterdão em 1654 – mais tarde Nova Iorque. Mas é sobretudo nos séculos XIX e XX que chegam as grandes vagas de judeus: entre 1880 e 1914, são acima de 2 500 000 em fuga dos massacres na Europa de Leste; e, em 1920, os EUA contam com 3 200 000 judeus.

A consagração da liberdade religiosa na Constituição dos Estados Unidos, aprovada em 1787, e a própria vocação natural do país possibilitaram a integração bem-sucedida de culturas e religiões diversas no «sonho americano»... Com efeito, o *melting pot* nos EUA não é assimilacionista, valorizando pelo contrário a dupla pertença: à nação americana, por um lado, e ao grupo étnico ou religioso (ou étnico-religioso) de origem, por outro. A «dupla lealdade», que na Europa foi sempre motivo de desconfiança e fonte de antissemitismo, é, na cultura americana, algo de natural e de intrínseco.

A partir de meados dos anos de 1920, são impostas limitações à imigração, que se manterão ao longo da Segunda Guerra Mundial, apesar de meio milhão de judeus americanos ter combatido durante a guerra nas fileiras do exército americano. Entram pouco mais de 30 000 pessoas, na sua maioria intelectuais judeus alemães. Tal como em muitos outros países e épocas, os judeus foram pioneiros em profissões novas e que exigiam pouco capital inicial: o cinema, a atividade científica, industrial ou comercial. A cultura ídiche conhece um imenso desenvolvimento:

os jornais diários em ídiche chegam a tirar 600 000 exemplares; o teatro e a literatura conhecem uma expansão prodigiosa. Criaram também uma extensa e poderosa rede de instituições filantrópicas judaicas, que ultrapassa de longe as fronteiras norte-americanas.

Do ponto de vista demográfico, a população judaica nos EUA tem vindo a diminuir, devido à assimilação, a casamentos mistos e à diminuição da natalidade: atualmente, são cerca de 5500 milhões, não chegando aos 2% da população. Estão, no entanto, representados de forma totalmente desproporcionada nos negócios, na academia e na política: 40% dos sócios dos escritórios de advogados de topo em Nova Iorque e em Washington são judeus; representam também 30% dos Prémios Nobel norte-americanos de ciências, assim como 37% de todos os Prémios Nobel norte-americanos.

A história dos judeus nos EUA tem momentos menos felizes, mas globalmente é uma história de sucesso, uma exceção na história judaica e um modelo único de integração bem-sucedida. O judaísmo americano conseguiu realizar as aspirações que a Revolução Francesa fez nascer entre os judeus: encontrar uma pátria e ter uma vida normal. Tal como os outros povos...

A «Reunião dos Exilados»⁽¹⁰⁾

No entanto, a única comunidade judaica que cresce a nível mundial é a de Israel.

O projeto sionista tinha vários objetivos, o primeiro dos quais era o *kibutz galuyot* – a reunião dos exilados. Os fundadores do Estado de Israel pretendiam que este fosse o espaço de reunião de *todo* o povo judeu, para acabar de vez com a condição aleatória da diáspora. Como se sabe, um terço pereceu nas câmaras de gás e outro terço não escolheu esse caminho, optando por permanecer nos seus países de origem ou de opção, embora mantendo na sua esmagadora maioria uma relação intensa de carácter afetivo com o país que, de algum modo, também sentem como seu. Apesar disso, é em Israel que mais cresce a comunidade judaica, que é hoje a maior comunidade do mundo, com 6,5 milhões de

(10) Isaías, 11.

pessoas⁽¹¹⁾. Devido à sua vitalidade demográfica e à imigração regular, é cada vez mais o centro do judaísmo mundial em termos populacionais. Na verdade, a população judaica está a «israelizar-se» através do reagrupamento no país ancestral. O círculo parece fechar-se, trazendo de novo os judeus ao ponto de partida da sua história...

Os judeus de Israel têm uma especificidade única no judaísmo desde há dois mil anos: são israelitas e judeus. São cidadãos de um Estado que se define como judaico, um Estado democrático e não teocrático, mas onde a cultura religiosa dominante é a judaica. O judaísmo não é religião de Estado em Israel – aos olhos da Lei, todas as religiões são iguais. E, na sua essência, o direito israelita não é um direito religioso. Todas as referências ao direito religioso têm de ser adotadas pelo poder legislativo «laico», ou seja o parlamento – que conta, aliás, com representantes árabes muçulmanos, drusos e cristãos.

Mas no judaísmo, nação e religião estão intimamente ligados e o carácter judaico do Estado está patente nos seus principais símbolos: a Estrela de David na bandeira azul e branca, o candelabro de sete braços como emblema do Estado, o número de 120 deputados da Knesset (evocando o mesmo número de membros da Grande Assembleia na época do Segundo Templo) e, sobretudo, a celebração do *Shabat* e das festividades judaicas, a alimentação *casher* em todos os serviços públicos. O ensino público também reflete esta relação íntima: desde 1951, a rede de escolas religiosas partilha com as escolas laicas o mesmo estatuto público.

A criação do Estado de Israel alterou profundamente a relação dos judeus dispersos pelo mundo com a sua pátria ancestral. Durante mais de dois mil anos o povo judeu viveu como um povo no exílio, alimentando-se da esperança de retorno a Sião e construindo o seu imaginário à volta deste objetivo mítico. O sionismo político transformou o velho sonho em realidade: «Para o ano que vem em Jerusalém» deixou de ser uma utopia permanentemente adiada para se tornar uma possibilidade real. O Exílio transformou-se em Diáspora.

Para além de funcionar como eventual Estado refúgio, Israel tornou-se o polo central do povo judeu, o garante da sua sobrevivência. Nascido sob o signo do Holocausto, esta questão pesa decisivamente na consciência judaica: «Se Israel existisse na época...». E o facto é que não são só as

(11) Num total de 8,323 milhões de habitantes. No ano de 2016, o aumento populacional foi de 2%.

comunidades ameaçadas que procuram Israel, é o próprio Estado que se erige em defensor dos judeus em perigo, estejam eles onde estiverem.

Há um outro aspeto fundamental: através do desenvolvimento espetacular do país ao longo de décadas, é a própria imagem dos judeus que é reabilitada, não só aos seus próprios olhos, mas de certa forma também aos olhos do mundo. O judeu de Israel, provando a sua capacidade de combater, de produzir, de inovar e de criar uma sociedade avançada e desenvolvida, veio dar ao judeu da Diáspora o sentido da dignidade reencontrada. Paradoxalmente, isto tem como consequência uma melhor integração nos países onde são cidadãos...

Assim, mesmo não imigrando necessariamente para Israel, os judeus da Diáspora, mantendo-se leais aos países de que são cidadãos, sabem que, no final, o seu destino está ligado ao destino de Israel. «Nunca fui sionista – escreveu Raymond Aron –, mas sinto claramente que a eventualidade da destruição do Estado de Israel me fere até ao mais fundo da minha alma... E percebi que um judeu nunca conseguiria atingir uma objetividade perfeita quando se trata de Israel»⁽¹²⁾.

Nascido do sofrimento milenar de um povo, construído contra ventos e marés por homens e mulheres idealistas que, ao mesmo tempo que reinventavam a língua hebraica e construíam universidades, secavam pântanos e plantavam desertos, o Estado de Israel cumpriu a profecia do seu hino nacional de 1878: «Ser um povo livre no nosso país, o país de Sião-Jerusalém»... Sete décadas e seis guerras depois, nasceu uma nação, com a sua própria língua e cultura originais. Uma nação cujos princípios democráticos fundadores resistem a uma vida inteira passada em contínuo estado de alerta num ambiente regional hostil.

No final deste texto, mantém-se a pergunta: o que é hoje ser judeu?

François Jacob, francês e judeu, professor de genética e Prémio Nobel de Medicina em 1965, escreveu uma belíssima autobiografia intitulada «A Estátua Interior». Logo no início, ele explica este título da seguinte maneira: «Trago assim em mim, esculpida desde a infância, uma espécie de estátua interior que dá continuidade à minha vida e que é a parte mais íntima, o núcleo duro do meu carácter. Essa estátua, toda a

(12) Aron fez esta afirmação no seu livro *De Gaulle, Israel et les Juifs* (1968), depois de o General francês se ter referido de forma pejorativa aos judeus como «um povo de elite, seguro de si e dominador».

vida a modelei. Nunca parei de lhe dar retoques. Aperfeiçoei-a. Poli-a. A goiva e o cinzel são, aqui, encontros e combinações. Os ritmos que se entrecrocavam, todas as perturbações e todos os constrangimentos, as marcas deixadas por uns e por outros, pela vida e pelo sonho»⁽¹³⁾.

Todos temos uma estátua interior. A dos judeus é feita de muito do que referi neste artigo. A minha também: uma forte herança da cultura familiar judaica asquenaze; a descoberta e a assimilação da história e da cultura sefardita; a convivência e a vivência em Israel desde a infância e sempre; a descoberta do Holocausto nos silêncios e nos números gravados nos braços dos sobreviventes.

Mas é também ser «filha» do Maio de 68 e da Revolução de Abril, cidadã portuguesa e europeia, partilhando as suas alegrias e as suas dores. Igual? Não completamente. O sentimento da diferença permanece enraizado e, de uma forma ou de outra, ele é-nos sempre lembrado.

Mas não será esse sentimento intrínseco à condição humana?

Bibliografia:

- Aron, Raymond (1968). *De Gaulle, Israel et les Juifs*. Paris: Plon.
- Braudel, Fernand (1966), [2^e ed. 1993]. *La Méditerranée et le Monde méditerranéen*. Paris: Armand Colin.
- Epstein, Simon (1998). *Histoire du Peuple Juif au XX^eme siècle, de 1914 à nos jours*. Paris: Hachette Littératures.
- Jacob, François (1965). *La Statue Intérieure*. Odile Jacob.
- Launay, Marc de (2000). «Symbiose» judéo-allemande, *Les Juifs et le XX^e siècle*. Calmann-Levy.
- Lipiner, Elias (1982). *O Tempo dos Judeus, segundo as Ordenações do Reino*. São Paulo: Livraria Nobel S.A. Editora – Distribuidora.
- Neher-Bernheim, Renée (2002), *Histoire Juive de la Révolution à l'Etat d'Israël*. Editions du Seuil.
- Wilke, Carsten L. (2007). *Histoire des Juifs Portugais*. Paris: Editions Chandeigne.

(13) François Jacob, *La Statue Intérieure*, Odile Jacob, 1965.